



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis



ANO V - Nº 51 - OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO 2009

Seminário Nacional reafirma o projeto ético-político do Serviço Social



O principal evento comemorativo aos 30 anos do “Congresso da Virada” foi realizado em São Paulo com a presença de cerca de 2.500 assistentes sociais. A categoria reafirmou, no mesmo cenário de 1979 - Anhembi (SP), o compromisso com os trabalhadores. O ano de 2009 foi marcado por vários eventos que fizeram referência ao III Congresso de Assistentes Sociais (CBAS), que é considerado um marco para categoria representando o fruto de um processo de amadurecimento da profissão num âmbito teórico-metodológico, ideológico e ético-político.

Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress em Campo Grande discute temas relevantes para a categoria

Representantes das entidades do Serviço Social (foto) fazem a abertura do evento que contou com debates polêmicos.

Pág. 10 e 11



Saiba mais sobre as novas Resoluções do CFESS

Pág. 4

Nesta edição:

Gestão

Investimento visa melhorar serviços prestados à categoria

Pág.3

Por dentro do Cress

O papel das assessorias política e de comunicação

Pág. 5

Prática

Assistente social atua no Programa de Saúde Mental para trabalhadores

Pág. 8

Editorial

Nos dias 16 e 17 de novembro os 2500 presentes ao Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, rememoraram acontecimentos que marcaram a história recente do Serviço Social brasileiro. O Seminário Nacional em comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada recuperou aspectos conjunturais, históricos e éticos, internos e externos à profissão na década de 70, os quais possibilitaram ao Serviço Social rever sua atuação no país, expressando sua opção por construir um projeto profissional que, em consonância com projetos macrosociedadeiros democráticos e anticapitalistas, demarca posicionamentos éticos e políticos que orientam o exercício da profissão até os dias atuais.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, recebeu o nome de Congresso da Virada por ter se transformado no ápice, até então, de acontecimentos que faziam rever toda a trajetória anterior do Serviço Social no Brasil. Inspirados pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social latinoamericano e na aproximação com o marxismo como método de interpretação da realidade, os assistentes sociais presentes ao evento vinham de um histórico de organização coletiva e de proximidade com as lutas pela democratização da sociedade brasileira. O país enfrentava, com crescentes manifestações populares, a ditadura que vigia desde o ano de 1964. Durante o III CBAS articulou-se a substituição da mesa oficial de encerramento do evento, que seria composta por autoridades governamentais e conservadoras, compondo-a com representações dos movimentos sociais e sindicais. Esta nesta nova composição expressou os novos compromissos assumidos posteriormente pela categoria.

O Congresso da Virada não se esgotou em si. Suas repercussões duraram vários anos, levando à produção democrática, com ampla participação da categoria, de novos textos para a lei de regulamentação profissional, o código de ética do assistente social e as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social.

Em pleno século XXI, a conjuntura mundial, nacional e profissional certamente não é a mesma de 30 anos atrás. Novos desafios estão postos à profissão. Dentre eles, os ataques às políticas sociais públicas e de caráter universalizante; as condições de trabalho cada vez mais precárias, nos diferentes âmbitos do exercício profissional; as tentativas de ataque à qualidade da graduação em Serviço Social, que atinge um dos principais sustentáculos do projeto ético político profissional.

O caminho para reagir a estas e outras questões é resgatar o clima predominante na década de 70 em todo o país: não há solução para esta conjuntura que não passe pela organização coletiva. Esta é a lição do Congresso da Virada que ainda persiste, e o chamado da direção do Cress/RJ que todos os profissionais e estudantes fortaleçam nossas entidades nas lutas pela consolidação de nosso projeto profissional.

Diretoria do Cress/RJ

Informes

XIII CBAS

No período de 31 de julho a 5 de agosto de 2010 será realizado em Brasília o XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) com o tema central "Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social".

O CBAS é o maior evento do Serviço Social brasileiro, realizado a cada três anos, e reúne em torno de três mil participantes entre profissionais, estudantes e convidados. Os seus debates subsidiam a construção da agenda das entidades nacionais da categoria para o próximo triênio. Os temas das conferências centrais serão: Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social; Sujeitos políticos coletivos na sociedade brasileira: resistência ao capitalismo; Condições de trabalho e materialização do projeto ético-político profissional e Socialismo ou barbárie: contradições, mediações e o exercício profissional. Além das conferências, o Congresso contará com seis plenárias simultâneas. Haverá sessões temáticas para apresentação de trabalhos nas formas oral e pôster. As inscrições para envio de trabalhos/comunicações científicas já estão abertas e o prazo termina dia 31 de janeiro de 2010. Mais informações em breve no site www.cbas.com.br

Estudantes no Conselho

As conselheiras da Gestão "Ética, Autonomia e Luta": Conceição Robaina, Leopoldina Cardoso e Telma Pilé receberam alguns grupos de estudantes que, como parte de disciplinas de suas graduações, vieram conhecer o funcionamento e o papel do Conselho. Nestas ocasiões, as diretoras ressaltaram a importância da organização política da categoria e do Conjunto CFESS/Cress para a construção histórica do projeto ético-político do Serviço Social. Vale destacar que o interesse dos estudantes por esta atividade está crescendo.

Carta dos Leitores



Parabenizo a Comissão de Comunicação pela qualidade editorial do Jornal PRAXIS. Além da nova apresentação, as matérias estão excelentes. Sem dúvida, ele é motivo de orgulho dos assistentes sociais.

Abraços, Yolanda Guerra (por e-mail)

Anuidade 2010

Desde o ano passado, o conjunto CFESS/Cress tem agido de forma a direcionar a cobrança de anuidades para a Caixa Econômica Federal (CEF). Em 2009, o Cress/RJ enviou os boletos de anuidade para 2010 aos assistentes sociais pela Caixa Econômica, que assumiu integralmente as operações emitindo os boletos e os postando aos profissionais. No entanto, novos problemas operacionais foram encontrados no layout dos boletos, que estão com a nomenclatura Cobrança Bancária Caixa, trazendo dificuldades quanto ao entendimento dos valores, seus respectivos descontos e prazos de vencimento.

A diretoria do Cress/RJ e a CEF pedem desculpas pelos transtornos. Vale destacar que novos boletos serão enviados aos assistentes sociais.

Saiba como pagar: Os valores da anuidade para 2009 foram definidos pelos assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro, em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2009, na sede do Cress/RJ.

Os profissionais presentes aprovaram o valor integral de R\$ 305,27 para a anuidade de 2010. Cabe destacar que esse valor poderá ser parcelado em 6 X R\$ 50,88 até dia 10 de fevereiro. Quem optar pelo parcelamento deverá pagar a primeira parcela com o boleto recebido e aguardar os demais boletos que serão remetidos mensalmente para a residência do assistente social. Há descontos para quem optar pela cota única. Veja a tabela.

Cota única até 10 de fevereiro	(15%)	R\$ 259,48
Cota única até 10 de março	(10%)	R\$ 274,74
Cota única até 10 de abril	(5%)	R\$ 290,01

A cota única deve ser paga até 10 de maio. Depois será preciso procurar o setor de Registro e Anuidade do Cress/RJ para os cálculos necessários. Qualquer uma das opções de pagamento, tanto cota única integral, quanto cota única com desconto ou parcelada, deve ser efetuada com o único boleto bancário recebido pela Caixa, que constará estas opções e as datas de vencimento relativas a cada uma.

O pagamento pode ser feito em qualquer agência bancária ou caixas eletrônicos. Os assistentes sociais receberão, a partir deste mês, o boleto para o pagamento das anuidades.

Nota de Redação

A conselheira Elza Velloso informou que no dia 13 de agosto foi realizado o evento "Juventude violentada. O que fazer?" promovido pela Comissão de Estudos de Álcool e outras Drogas (Coead). Dra. Lígia Costa Leite (UFRJ) foi a palestrante. A categoria presente elogiou a escolha do tema.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
- 7ª REGIÃO - Nº 51 - Out./Nov./Dezembro 2009

Presidente: Fátima da Silva Grave Ortiz

Vice-Presidente: Elza Velloso

1ª Secretária: Lúcia Maria da Silva Soares

2ª Secretária: Conceição Maria Vaz Robaina

1ª Tesoureira: Newvone Ferreira da Costa

2ª Tesoureira: Alena Mab Góes Contente

Suplentes de Diretoria: Michelle Rodrigues de Moraes, Jurema Alves Pereira da Silva, Mônica Vicente da Silva, Georgina de Queiroz dos Santos e Maurício Caetano Matias Soares

Conselho Fiscal: Martha Fortuna Pereira Bastos, Maria Elizabeth Freire Salvador, Leopoldina de Araújo Cardoso

Suplentes: Telma Pilé Gomes, Lisamar Bastos Simões e Erika Schreider

Comissão de Comunicação e Cultura: Michelle Moraes, Lúcia Maria da Silva Soares, Leandro Rocha, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz e Cecília Contente

Norte e Nordeste Fluminense

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Janaina Alves Monteiro

Tesoureira: Iraí Martin Bohrer

Secretária: Luciana Custódio Soares

Suplentes: Gisele Pereira Luiz, Ana Tereza de Sá Santos Cezario, Lidiane Pereira Braga

Sul Fluminense

Rua 25 -A, 23 s/802, Vila Santa Cecília

CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Greicy Hellen Santana de Assis

Tesoureira: Carmem Lúcia Brandão

Secretária: Sabrina Alves de Faria

Suplentes: Ailton da Silva Carvalho, Gilvane Mazza Ribeiro

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)

Design gráfico e ilustrações: Carlos D

Impressão: Tipológica - Tiragem: 10.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787

e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Accesse www.cressrj.org.br

Ações
do Cress

Gestão investe para melhorar os serviços prestados à categoria

Garantir um atendimento cada vez melhor para os assistentes sociais é uma das preocupações da atual gestão. Para isso, a direção tem investido na aquisição de equipamentos e em uma política de recursos humanos que visa a aproximação de conselheiros e funcionários.

Na área da informática, nos últimos meses, foram adquiridos três novos computadores, e foram feitos up grades (modernização) em todas as máquinas e comprados monitores de LCD, que ocupando menos espaço nas mesas favorecem a organização do trabalho. Há também a perspectiva de reformulação do *site* em breve. A proposta é oferecer um serviço de qualidade e ágil para categoria. Ainda no âmbito administrativo/financeiro foi alugada uma nova sala mais ampla para a Seccional de Volta Redonda, pois a antiga já não comportava mais as demandas locais. Em Campos, a Seccional também teve seu espaço físico reformado e aumentado com o aluguel de outra sala, que pode oferecer aos assistentes sociais da região até um pequeno auditório.

Além das reuniões mensais com toda a equipe de funcionários, a direção promoveu o I Seminário de Recursos Humanos, realizado no dia 9 de outubro com a presença de diretores e um consultor especializado na área de RH. A presidente do Cress, Fátima Grave Ortiz abriu o evento apontando os êxitos, os problemas e as expectativas em relação ao corpo funcional. Depois foi feita uma apresentação geral do funcionamento do Conselho e cada funcionário relatou suas atividades desenvolvidas na entidade destacando sua importância e as dificuldades enfrentadas. À tarde foram feitos grupos de trabalho, com a coordenação do consultor e ao final foram sugeridas ações propositivas a serem avaliadas e deliberadas pela diretoria. Os resultados deste Seminário serão trabalhados no sentido de aprimorar os serviços oferecidos à categoria.

Sociojurídico - A participação das conselheiras Fátima Grave Ortiz e Maria Elizabeth Freire Salvador, como representantes do Cress, em duas reuniões, uma com o juiz auxiliar da Corregedoria (13 de agosto), Dr. Gustavo Quintanilha, e outra com o Desembargador Dr. Roberto Wider (23 de setembro), mostra o interesse da gestão em acompanhar as iniciativas do Tribunal de Justiça (TJ) para uma possível reestruturação do trabalho de assistentes sociais e psicólogos. Conselheiros do Cress também estiveram presentes nas reuniões promovidas pelo Sindjustiça com as duas categorias para discutir sobre as implicações que eventuais mudanças no processo de trabalho dos profissionais de Serviço Social e Psicologia podem incidir na qualidade do atendimento prestado ao usuários dos serviços. Nessa perspectiva, o Cress também realizou reuniões ampliadas com os assistentes sociais do TJ/RJ para informes e possíveis encaminhamentos a respeito. Os ofícios protocolizados junto à Corregedoria estão no site www.cressrj.org.br.

A Comissão Sociojurídica (CSJ), participou da Conferência Nacional de Segurança Pública, em Brasília realizada de 27 a 30 de agosto, com a assistente social e representante da Comissão, Dayse Liao. Integrantes da Comissão sociojurídica atuaram nas discussões do Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress que teve como um de seus desdobramentos uma Resolução relativa ao Depoimento Sem Danos (veja mais detalhes na página 4). A Comissão também foi responsável pela organização de um DVD sobre o último Encontro Estadual do Campo Sociojurídico. A Conselheira Newvone Costa, que integra a CSJ, participou

de vários eventos deste campo. Entre eles: um debate com os assistentes sociais do sistema prisional sobre exame criminológico; como palestrante na 183ª Reunião do Fórum permanente de Execução Penal, na EMERJ, apresentando o tema "O Egresso e a Inserção Social"; e também como palestrante na UFF de Rio das Ostras com o tema: "O que existe atrás das grades".

Comissão Permanente de Ética - A Comissão tem realizado vários julgamentos éticos. A conselheira Telma Pilet informou que só no ano de 2009 foram recebidas 20 novas denúncias éticas, além dos agravos e dos processos éticos em andamento relativos aos anos anteriores. Para agilizar o andamento desses processos, a direção conta atualmente com cerca de 30 assistentes sociais de base que colaboram com a Comissão por acreditar no Projeto Ético-Político do Serviço Social. O conselheiro Maurício Caetano Matias Soares, também responsável pela Comissão, participou do curso Ética em Movimento (CE) para qualificar sua atuação na Comissão.

Comunicação - A direção recebeu um retorno muito positivo do *hotsite* lançado pelo Cress/RJ, em maio deste ano, para incrementar via internet a campanha pela ampla implementação da lei que garante o sigilo no atendimento prestado pelos profissionais de Serviço Social. O Presidente da Câmara Municipal de Niterói, vereador Paulo Bagueira Leal,

acatou a solicitação dos assistentes sociais enviada por meio do *hotsite* www.cressrj.org.br/leidosigilo, e no dia 8 de outubro foi aprovado o Projeto de Lei nº 97/2009, que garante que a Lei do Sigilo Profissional seja adaptada para ser efetivamente implementada em Niterói. Agora o PL espera a sanção do executivo. Vale destacar que no *hotsite* há um modelo de texto pronto para aqueles que desejarem postar a mensagem. Basta acessar e participar!

Outros - Participação da presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz, no tradicional Encontro de Gerações organizado anualmente pelo Conselho e CBCISS, ocorrido no dia 28 de agosto. Ela também representou a entidade na Mesa Redonda "A questão do estágio supervisionado na formação profissional" realizada na Faculdade de Serviço Social da Uerj no dia 22 de setembro.

O Cress/RJ esteve presente, por meio da conselheira Elizabeth Salvador, na primeira Reunião Estadual do Conselho LGBT que aconteceu no dia 5 de outubro. Na pauta estavam os seguintes assuntos: elaboração do regimento interno (Cress e CRP terão assentos); campanha Rio sem homofobia e os resultados da jornada de educação e cidadania LGBT realizada pela coordenação da Diversidade Educacional da Secretaria Estadual de Educação e da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos e outras entidades.

Confira as principais ações da Cofi em 2009

- Recebimento e intervenção em diversas denúncias envolvendo irregularidades referentes ao exercício profissional
- Intervenção em casos de uso indevido do termo "Serviço Social"
- Acompanhamento às irregularidades identificadas no trabalho dos assistentes sociais das UPA's (realizando visitas de fiscalização, reuniões com as profissionais, audiência com o gestor, encaminhamento de denúncias ao MPT e MPF etc).
- Visitas de fiscalização solicitadas pelo MP de São Gonçalo às instituições asilares (idoso).
- Visitas de fiscalização aos CRAS's da Baixada Fluminense
- Acompanhamento do cumprimento da Resolução 533/2008, solicitando a listagem dos campos de estágio com seus respectivos supervisores de campo e acadêmicos, bem como realizando reuniões com Coordenações de Ensino.
- Participação no Seminário Regional das COFI's (região sudeste), tendo como questões centrais o debate sobre o impacto da Resolução 493/2006 nos diversos espaços sócio-ocupacionais; avaliação da Resolução 533/2008 e perspectivas para sua efetivação; e, apresentação de propostas para o Encontro Nacional CFESS/Cress no que se refere ao Eixo da Fiscalização.
- Articulação e debate sobre as minutas de Resolução apresentadas pelo CFESS, notadamente a Vedação de Práticas Terapêuticas e a questão da Elaboração Conjunta de Pareceres e Laudos Técnicos por AS's
- Orientação à categoria nos dias de plantão da COFI (via e-mail, telefone ou presencialmente).

No dia 16 de outubro foi realizada a primeira reunião para a retomada da Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade. A Conselheira Maria Elizabeth Salvador está acompanhando esta Comissão, que conta ainda com a ex-conselheira do Cress/RJ, Magali de Almeida, Joilton Santana Marques e Ana Paula Procópio (Foto). As reuniões, que acontecem às sextas-feiras, às 18h, na sede do Cress, são abertas para toda a categoria. Outros profissionais já estão compondo o grupo. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail quilombola_rio@yahoo.com.br



Especial

CFESS lança novas Resoluções

Uma das atribuições dos conselhos profissionais é a de regulamentar aspectos relativos ao exercício profissional de assistentes sociais. Esta tarefa é cumprida a partir dos debates realizados sobre diversas dimensões que envolvem a profissão, desde aspectos éticos até aqueles que envolvem condições efetivas para o exercício profissional.

As resoluções devem ser observadas pelos assistentes sociais em seu cotidiano. Também servem para negociações com os empregadores em torno de condições de um exercício profissional que possa garantir os princípios de defesa da qualidade dos serviços oferecidos à população. Conheça abaixo, em linhas gerais, as resoluções publicadas recentemente pelo CFESS. Veja íntegra dos textos nos sites www.cressrj.org.br e www.cfess.org.br.

Metodologia Depoimento Sem Danos

A Resolução CFESS nº 554/2009 dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Danos (DSD), como atribuição ou competência dos assistentes sociais. Sua deliberação foi tomada a partir de debates realizados em vários estados brasileiros e seu conteúdo foi um dos mais debatidos no último Encontro Nacional CFESS/Cress, realizado em setembro em Campo Grande (MS).

A assessora jurídica do Cress/RJ, Mônica Arkader, ressalta que o modelo proposto por tal metodologia faz com que crianças e adolescentes sejam ouvidos nas dependências do Fórum em sala projetada para esta finalidade, retratada como aconchegante e equipada com câmeras e microfones para registrar o depoimento. Durante a inquirição, o profissional permanece com um fone no ouvido para que o juiz possa indicar questões a serem formuladas. Cabe ao psicólogo ou ao assistente social transmitir às crianças e adolescentes perguntas que estes possam entender. O Juiz, o Ministério Público, os advogados, o acusado e servidores judiciais assistem ao depoimento por meio de um aparelho de televisão instalado na sala de audiências.

Um dos questionamentos a este método é o de que assistentes sociais e psicólogos passam a ser meros “tradutores” das questões propostas por autoridades judiciais, sem poderem utilizar as capacidades próprias de suas profissões no atendimento. Dimensões sociais, culturais, políticas, educacionais e outras do fenômeno que envolve a violência contra as crianças e adolescentes podem ser desconsiderados, a depender da apreensão sobre a realidade que cada juiz apresente nas questões que repassam aos profissionais. O Conjunto CFESS/Cress não se opõe à necessária humanização e democratização dos procedimentos judiciais, mas entende que a metodologia DSD, além de não se enquadrar nas competências e atribuições regulamentadas no Serviço Social, mantém as crianças e adolescentes como sujeitos para qual a abordagem proposta visa, fundamentalmente, a produção de provas, sem apreciar os possíveis impactos que tais procedimentos podem causar a suas vidas.

A Resolução encontra-se com seus efeitos suspensos por medida liminar concedida ao Governo do Estado do Rio Grande do

Sul, até o julgamento do mérito da questão. A assessoria jurídica do CFESS deverá se manifestar assim que a entidade receber a citação oficial da justiça gaúcha. Acompanhe os desdobramentos pelas páginas eletrônicas do Cress/RJ e do CFESS.

Exigência de apresentação de diploma

As resoluções CFESS nºs. 555/2009 e 560/2009 alteraram a forma de registro nos Conselhos Regionais. Agora é necessário apresentar diploma de unidade de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Casos excepcionais, como os de profissionais aprovados em concursos públicos ou com garantia de emprego no setor privado ou instituições afins, desde que com a devida comprovação, serão tratados separadamente, concedendo a inscrição e estabelecendo os prazos para a apresentação definitiva do diploma.

É necessário reconhecer que com a evolução da informática não há explicação razoável para que as unidades de ensino demorem meses para a emissão dos diplomas oficiais de conclusão dos cursos de graduação. Mas o Cress/RJ reafirma sua orientação de que os profissionais só efetuem sua inscrição no Conselho Regional a partir do momento em que estiverem prestes ao efetivo exercício profissional a fim de evitar inadimplência junto ao Conselho, o que lhe exige medidas de cobrança administrativa e, em casos extremos, judiciais contra os profissionais, já que não é permitido conceder isenção de pagamento de anuidades, com exceção das situações previstas em resoluções federais (caso, por exemplo, de profissionais que completam 60 anos de idade).

Lacração de material técnico e material sigiloso

A Resolução CFESS nº 556/2009 prevê, em seu artigo 2º, que o “material técnico sigiloso é toda documentação produzida que, pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito”. Cabe ao assistente social garantir “o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, indicando nos documentos sigilosos respectivos a menção sigiloso”.

Para a assessora jurídica do Cress/RJ estas previsões ratificam um direito do assistente social, configurado no Código de Ética Profissional, em seu art. 2º, alínea “d”. Ele prevê a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação como direito do profissional, como forma de garantia do sigilo profissional – cuja manutenção, por sua vez, é dever do assistente social.

A Resolução 556/2009 foi elaborada a partir de deliberações do Conjunto CFESS/Cress, que modificam a Resolução que trata das normas gerais sobre a Política Nacional de Fiscalização adotada pelo Conjunto. Se o Serviço Social de uma determinada instituição é extinto ou fica sem profissionais assistentes sociais durante um dado período de tempo em função de alguma ocorrência, cabe ao profissional que se afasta acionar o Conselho Regional para que proceda a necessária lacração do material técnico produzido. Ele só será deslacrado no momento em que volte a existir assistente social responsável pelos procedimentos daquele setor.

Pareceres conjuntos

A Resolução CFESS nº 557/2009 estabelece normas para emissão de pareceres conjuntos de profissionais de distintas formações e reafirma que a elaboração, emissão e/ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social. Isto implica que tais procedimentos devem ser adotados com ampla autonomia, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão.

A consolidação do mercado profissional de assistentes sociais em diversas políticas tem ampliado a relação interdisciplinar no cotidiano das atividades desenvolvidas em cada instituição. Tem sido comum em diversas áreas, como saúde mental, educação, assistência social, dentre outras, assistentes sociais atuarem em equipes com diferentes profissionais. Assim, o que se prevê é que, sem prejuízo ao trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar – que, em última instância, qualifica os serviços oferecidos à população – se resguarde as atribuições e competências privativas de cada profissional. O assistente social não será responsável por diagnósticos médicos ou psicológicos, ao mesmo tempo em que terá mantida sua autonomia e sua responsabilidade em relação ao conteúdo dos laudos sociais que elabora. A medida não impede o contato multidisciplinar ou interdisciplinar, que enriquece a apreensão das distintas dimensões existentes em cada situação apreciada pela equipe. Mas resguarda papéis que são distintos e que devem ser vistos como complementares, sem eliminar as potencialidades e especificidades de cada contribuição.

Drª. Mônica destaca que o próprio artigo 3º da resolução prevê que “O assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar”. Entretanto, em seu parágrafo único estabelece os limites necessários: “Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética”.

Atuação de assistentes sociais como testemunha

A Resolução CFESS nº 559/2009 dispõe sobre a atuação de assistentes sociais convocados a prestar depoimento como testemunha, inclusive como perito judicial ou assistente técnico. O assistente social deve se restringir a prestar esclarecimentos, formular sua avaliação e emitir suas conclusões técnicas, sendo vedado, nestas circunstâncias, prestar informações sobre fatos, principalmente em relação àqueles presenciados ou que tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional.

Na interpretação da assessora jurídica do Cress/RJ o artigo 1º da Resolução evidencia o procedimento que o profissional deve adotar em relação ao seu depoimento perante o juízo. Trata-se de preservar o sigilo profissional, sendo vedado o depoimento de assistente social na condição de testemunha, sob pena de violação ao Código de Ética Profissional. Caso convocado a fazê-lo, o profissional deve comparecer à audiência respectiva e, munido da Resolução, registrar as justificativas pelas quais se nega ao papel de testemunha em cada processo. ■

Seccional de Volta Redonda

A direção da Seccional de Volta Redonda tem participado das reuniões junto às prefeituras dos municípios de Volta Redonda e Barra do Piraí para contribuir com o processo de organização de concurso público para assistentes sociais. A Seccional está com representação na Comissão para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Volta Redonda, cuja proposta é fomentar as ações e promover a participação da categoria neste processo.

O II Fórum de Assistente Sociais Supervisores de Estágio promovido pelo UniFOA, conta com a presença da direção da Seccional. O próximo encontro acontecerá no dia 25 de novembro, das 14 às 17h, no campus Aterrado.

Com a finalidade de colocar em prática as propostas da plataforma desta gestão na Seccional, foram realizadas na última semana de outubro, encontros junto às universidades da região para divulgação das ações do Cress, para os alunos do 7º e 8º períodos da graduação de Serviço Social.

Seccional de Campos

A Seccional de Campos com o intuito de fortalecer a organização dos assistentes sociais na região, no dia 12 de Novembro, fará assembleia para escolha de representantes para comissão de assistentes sociais que irão participar do Núcleo de Macaé, município que junto com Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu atualmente conta com cerca de 200 assistentes sociais inscritos.

Hoje, em Campos, a categoria está enfrentando muitos desafios, no que tange, por exemplo, estágio e à definição de representações nos diversos espaços que garanta defesa dos princípios profissionais e garantia do sigilo profissional nos diversos espaços de trabalho. A direção da Seccional de Campos tem acompanhado essas questões, por meio de visitas a instituições, reuniões com assistentes sociais, reuniões com autoridades locais e outros. Na avaliação da direção da seccional, o núcleo poderá se definir como espaço organizado e coletivo de enfrentamento dos desafios postos aos profissionais inseridos nestes municípios.

Por dentro do Cress

Com a proposta de mostrar para a categoria o funcionamento dos setores do Cress/RJ e sua equipe de recursos humanos, esta edição dá prosseguimento a série “Por dentro do Cress”, mostrando as assessorias política e de comunicação.

Assessoria Política

A assessoria política do Conselho conta com Jefferson Lee de Souza Ruiz, que presta assessoria à direção há quase dez anos, contribuindo com análises conjunturais políticas em âmbito nacional e internacional. O funcionário, que está concluindo este semestre seu curso de graduação em Serviço Social na UFRJ, também faz análises sobre as tendências que o cenário político indicam para as políticas sociais e seus impactos possíveis para a profissão, contribuindo para a elaboração de documentos que possam subsidiar as pautas das reuniões de diretoria e de reuniões externas em que a direção está presente e que tratem de temas relevantes para os assistentes sociais. Outra tarefa prevista ao assessor é colaborar nas articulações da entidade junto aos movimentos sociais.

À assessoria política cabe, ainda, elaborar e propor projetos que contribuam com respostas a demandas da própria categoria. Um exemplo disso foi o Projeto “Serviço Social e o Parlamento”, que começou em 2002 e incentivou processos de mobilização que garantiram conquistas como a aprovação da Lei Estadual 5261, em 2008, que trata do Sigilo Profissional. Vale destacar que um dos desdobramentos da aprovação desta lei foi o lançamento da campanha, por meio de um hotsite, para que todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro implementem as condições para que a Lei do Sigilo seja cumprida (veja mais detalhes no endereço www.cressrj.org.br/leidosigilo).

Há ainda um encaminhamento de propostas para que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprove que todos os concursos públicos para assistentes sociais divulguem a bibliografia em seu edital. Estas demandas são

identificadas a partir de ação desenvolvida em contato com outros setores e serviços do CRESS-RJ, como a comissão de orientação e fiscalização.

Outro projeto que contou com a efetiva contribuição do assessor político foi o que trata da representação do Cress nos conselhos estaduais e municipais de direitos e de políticas. A intenção é viabilizar reflexões sobre a participação dos profissionais nestes espaços de controle social, reconhecidos pela categoria como importantes para a defesa dos direitos da população e para potencializar a atuação de suas representações nestas instâncias. Jefferson contribui, ainda, com a concepção dos eventos promovidos pelo Cress e tem uma metodologia de trabalho que consiste em fazer um relatório sistematizado de todos os eventos de que participa com a finalidade de apontar as principais deliberações e os desafios para o futuro da profissão. Dessa forma, acredita que pode assessorar a direção com dados, informações e análises que contribuam para que a direção cumpra seu papel frente à entidade. Vale destacar que outros regionais e o CFESS também adicionaram em seu quadro de funcionários o cargo de assessor político, que é reconhecidamente estratégico para as ações desenvolvidas no Conjunto CFESS/Cress.

Uma das importantes atividades exercidas por Jefferson é a resposta diária a mensagens encaminhadas para o Cress/RJ por meio da página eletrônica. Ele se empenha para que o retorno à categoria seja o mais ágil possível. Como a equipe de recursos humanos é pequena e há uma capacitação do profissional, o assessor também é responsável pelo processo de revisão política, ortográfica e gramatical das publicações do Cress.

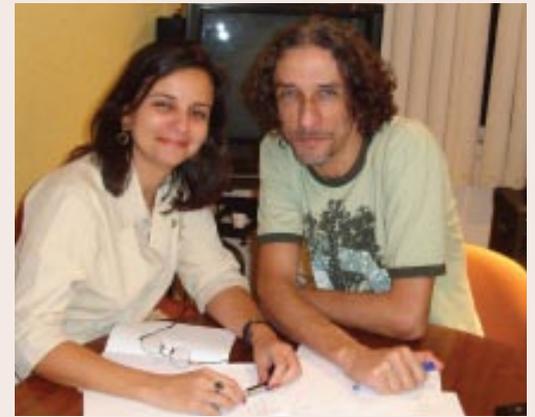
Assessoria de Comunicação

A assessora de comunicação do Cress/RJ, Cecília Contente, foi contratada em 2001, a partir de um seminário de Comunicação que constatou a importância de ter um profissional da área presente diariamente na entidade, a fim de acompanhar e entender melhor as principais demandas da categoria. Cabe lembrar que antes disso, um jornalista era contratado apenas para produzir o jornal (único canal de informação), quando havia necessidade de divulgar eventos ou estabelecer contatos com a categoria. A partir daí, todos os esforços da assessora e da diretoria foram feitos no sentido de produzir materiais que atendessem com qualidade aos assistentes sociais. A primeira mudança foi feita no Práxis, tanto em seu formato quanto na linguagem, mais adequada e acessível a outras categorias e usuários do Serviço Social. Neste período também foi criado o boletim eletrônico, Via Cress, com periodicidade semanal, e elaborado o site (www.cressrj.org.br), que também, por conta dos rápidos avanços tecnológicos, já sofreu reformulações e, em breve, passará por outra. A jornalista também é responsável pelo boletim

eletrônico da Seccional de Campos e contribui em todos os materiais de comunicação produzidos pelo Cress/RJ, como folders, cartazes, cartões entre outros.

Cecília também presta assessoria de imprensa, atividade voltada para intermediação dos assistentes sociais com a mídia, visando a maior inserção da categoria nos veículos formadores de opinião. Há um esforço cada vez maior do Conjunto CFESS/Cress em dar mais visibilidade ao Serviço Social nos meios de comunicação e tornar o assistente social uma “fonte” de referência para os jornalistas nas matérias ligadas às expressões da questão social. Nesse sentido, o Cress/RJ foi o pioneiro na profissionalização da área, estratégica, não apenas para cumprir esse objetivo da visibilidade, mas também para promover maior agilidade nas informações e aproximar a direção da categoria. Com a efetiva contribuição da jornalista, inclusive para a Política de Comunicação do Conjunto CFESS/Cress, os demais conselhos regionais e o federal também contrataram assessores de comunicação para seus quadros funcionais.

Integração



A integração do trabalho desenvolvido pelas assessorias política e de comunicação, que estrategicamente funcionam na mesma sala, contribui para a garantia de materiais de comunicação de maior qualidade. Há um debate constante sobre as ações que envolvem a visibilidade do Conjunto CFESS/Cress e da profissão. Essa articulação resultou em um trabalho apresentado pelos assessores no Congresso de Assistentes Sociais (2004) realizado em Fortaleza (CE) “Visibilidade do Serviço Social: uma das estratégias para a consolidação do projeto ético-político profissional”, gerando ainda um artigo para o livro “Mídia, questão social e Serviço Social” organizado pelo assessor político, Jefferson Ruiz e pela professora Mione Sales, sobre o mesmo tema – a partir dos resultados de curso de extensão promovido pela Faculdade de Serviço Social da Uerj, em aliança com o Cress.

Fruto dos intensos debates sobre a estratégia de aproximar mídia e Serviço Social, foi sugerida a criação do Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social, que visa premiar os profissionais de comunicação que tratam de forma adequada, segundo a concepção do Conjunto CFESS/Cress, as políticas sociais. Também são premiadas as equipes de Serviço Social que atuem coadunadas com o projeto ético-político profissional e que tenham alcançado algum nível de visibilidade superior ao já obtido pelo próprio exercício profissional cotidiano. O prêmio foi aprovado pelas seguidas gestões e já se encontra em sua terceira edição.

É preciso destacar que tanto a assessoria política quanto a de comunicação funcionam articuladas com os agentes fiscais do Conselho. A contribuição direta dos agentes da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) é fundamental para subsidiar o trabalho das assessorias.

A Comissão temática de Comunicação do Cress/RJ é composta por diretores, assistentes sociais de base e pelos dois assessores, que apontam as políticas de comunicação a serem priorizadas pela entidade. Conta, ainda, com o apoio de funcionários administrativos para encaminhamento de diversas de suas ações. Seus integrantes sugerem conteúdos para os materiais de comunicação, aprovados depois pelo Conselho Pleno (fórum de deliberações da direção, que exige presença de 1/3 dos conselheiros para aprovação de qualquer assunto).

As assessorias política e de comunicação têm como particularidade serem cargos de confiança da direção do Conselho, embora ambas as contratações sejam celetistas e tenham sido feitas por processos públicos e com vários candidatos. Assessoram, assim, técnica e politicamente a diretoria do Cress em seus âmbitos de atuação.

30 anos de compromisso com o projeto ético-político

Comemorações marcam o Congresso da Virada em 2009

O Serviço Social comemorou, ao longo de todo ano de 2009, os 30 anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais conhecido como o “Congresso da Virada”, que aconteceu no Anhembi em São Paulo, em 1979. O evento é considerado um marco para categoria como expressão de um processo de intenção de ruptura iniciado desde o movimento de Reconceitualização na América Latina na década de 60/70. A “Virada” representou o fruto de um processo de amadurecimento da profissão num âmbito teórico-metodológico, ideológico e ético-político. Os condicionantes internos e externos da profissão, que se auto-implicam, foram retratados em vários eventos da categoria.

No Rio de Janeiro, o Cress levou para a mesa central do dia 15 de maio o tema “A atualidade do compromisso com os trabalhadores: os 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)” com Plínio de Arruda Sampaio Jr., que fez uma análise de conjuntura e com duas protagonistas do Congresso da Virada: Marilda Iamamoto e Maria do Socorro Cabral.

Outro evento comemorativo de destaque foi promovido no dia 4 de novembro pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que teve como tema “Da intenção de ruptura ao projeto ético-político do Serviço Social”. Uma das palestrantes foi a professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Marlise Vinagre, que centrou sua fala na “Virada” dos Conselhos Profissionais de Serviço Social (Veja Box). Outra palestrante foi a professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Yolanda Guerra, que iniciou sua fala afirmando que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) - 1979, “Congresso da Virada” foi um marco no qual o Serviço Social brasileiro estabeleceu coletivamente novos compromissos com a sociedade, que se desdobraram na luta pelos direitos e pelas políticas sociais para viabilizá-los. No que se refere à política de educação, um compromisso com a defesa do ensino laico, gratuito, universal, de qualidade e socialmente referenciado. Explicou que foi a competência teórico-política que permitiu à vanguarda da profissão conduzir a “Virada”. Essa competência, segundo ela, foi resultado da formação de quadros capazes de dar a direção estratégica do processo, pois a formação nas suas diversas dimensões foi e continua sendo elemento central para operar a mudança na direção social da profissão.

A professora lembrou que alguns acontecimentos que precederam o “Congresso da Virada” demonstram que a sua preparação esteve ligada a essa competência teórica e política, pois a categoria passou a disputar os espaços por dentro das entidades. Disse que naquele momento, mais do que nunca, funcionou o refrão: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer” e citou algumas determinações que sustentam esta hipótese, como a institucionalização dos cursos de pós-graduação a partir de 72 na PUC-SP e PUC-RJ e quatro anos depois na UFRJ. Estes cursos se constituíram em efetiva possibilidade de conhecimento, intercâmbio e articulação política. Outros fatores foram os processos preparatórios do III CBAS, em que entidades latino-americanas (ALAETS e CELATS) tiveram um papel fundamental, já que permitiram a constituição de uma massa crítica a partir da pesquisa sobre as condições do exercício profissional, a trajetória histórica da profissão, sua organização política e a dinâmica das classes sociais. Documentos históricos registram que a “Virada” no Brasil contou com o importante apoio político e financeiro do

CELATS, dirigido à época por Leila Lima Santos. A experiência do Método BH, que surgiu como uma alternativa de ruptura com o tradicionalismo teórico-metodológico, da concepção e da intervenção profissionais e da formação, também foi outro determinante.

Yolanda relatou que em 1979 aconteceu o III Encontro de Associações e Sindicatos de Assistentes Sociais realizado em São Paulo, em data próxima ao “Congresso da Virada”. Este encontro aprovou a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), onde foi feito o manifesto que criticava a organização do evento. Para ela, a grande renovação, portanto, foi no que se refere à mudança no papel das entidades organizativas da categoria. Por isso, acredita que falar do “Congresso da Virada” é também refletir sobre um momento histórico que produziu experiências significativas que incidiram fortemente nos rumos da sociedade brasileira.

De acordo com Yolanda, o III CBAS é o detonador das várias lutas nas quais se empenharam os assistentes sociais. Destacou a revisão do currículo em 1982, que, apesar de ainda manter alguns equívocos tais como a fragmentação entre História, Teoria e Metodologia, é base para as diretrizes curriculares em 96. Na avaliação da professora, seu maior ganho foi a tentativa de construção e de afirmação de uma nova tendência profissional: a do assistente social comprometido com os interesses da massa da população.

“Se em 2009 é possível falar em “nova Virada” ela terá que se dar a partir da intrínseca relação entre formação e exercício profissional”, afirmou Yolanda. Para ela, é preciso um investimento forte para qualificar os assistentes sociais com cursos de especialização, atualização etc. Apontou como um dos principais desafios a defesa da formação profissional de qualidade e social e profissionalmente referenciada. A Política Educacional do Ensino Superior no Brasil resulta na abertura de vagas, sem que ela seja acompanhada da infraestrutura necessária, da contratação de professores preparados, da ampliação das bibliotecas, das condições para a realização da pesquisa, da qualidade dos estágios dentro das orientações da Política Nacional de Estágio, enfim, das condições necessárias para a formação cívica e intelectual com qualidade.

Yolanda destacou a importância da pós-graduação em Serviço Social, que se consolidou no Brasil nos últimos 10 anos. Mas neste período, profundas transformações no processo produtivo induziram a uma política de fomento que atendesse aos interesses e necessidades da política industrial brasileira, recentemente proposta, remetendo à prioridade de pesquisa voltada para a inovação tecnológica e a inserção competitiva do país no mercado mundial, em detrimento das ciências humanas e sociais. Yolanda afirmou que a realidade, cada vez mais desafiadora, exige reflexões profundas e rigorosas, o que requer uma teoria social que permita fazer a leitura das contradições da realidade, fortalecer as entidades do Serviço Social e investir nas alianças com os setores mais progressistas da sociedade. Em sua opinião, a formação teórico-política deve dar conta da seguinte relação dialética: a teoria se faz com dúvidas. A política se faz com convicções e mais ainda, com paixão.

Seminário Nacional em São Paulo

Nos dias 16 e 17 de novembro foi realizado o Seminário

Nacional que comemorou os 30 anos do Congresso da Virada e que teve como tema “Começaria tudo outra vez se preciso fosse!”. O evento, que reuniu cerca de 2.500 participantes, aconteceu no mesmo cenário de três décadas atrás, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP).

A organização foi feita pelas entidades de Serviço Social: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região (Cress/SP), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), que convidou assistentes sociais e estudantes de Serviço Social de todo o país para celebrar a história de uma categoria que transformou sua consciência política e assumiu um compromisso profissional com as lutas sociais e a organização da classe trabalhadora.

Movimentos sociais marcaram presença no Seminário. Representantes da Conlutas, Intersindical, CUT, Andes, Tortura Nunca Mais, MST, Central de Movimentos Populares e Marcha de Mulheres se reuniram com os assistentes sociais, para fortalecer e reafirmar as articulações estratégicas que o Serviço Social vem fazendo. Ainda no primeiro dia do evento houve um momento reservado para os depoimentos de quem esteve no Congresso da Virada com a presença de Luiza Erundina, Vicente Faleiros, Bia Abramides, Josefa Lopes, Regina Marconi, Márcia Pinheiro, Leila Lima Santos, Célia Vilarinho, Aldaiza Sposati, Maria Inês Bravo, Socorro Cabral e Mariângela Belfiori.

A mesa intitulada “A Fé no Que Virá e a Alegria de Olhar pra Trás: 30 Anos do Projeto Ético-Político Profissional” foi composta por José Paulo Netto (UFRJ) e Marilda Iamamoto (Uerj). Netto fez considerações histórico-sociais acerca do período em que foi realizado o III CBAS. Lembrou o contexto mundial que marcava a contrarrevolução preventiva como um processo que gerou a onda de ditaduras, inclusive a brasileira. Mas destacou que o termo ditadura militar encobria um corte de classe e, portanto, na verdade era uma ditadura burguesa. Netto relatou que o apogeu desta ditadura aconteceu no período de 68/74, quando vigorou o AI-5. Só a partir de 74 é que começa o processo da autorreforma da ditadura, que aconteceu de forma lenta e gradual. Há uma crise do capitalismo e as fontes de financiamento começam a se exaurir. Nesse mesmo período a classe trabalhadora, por meio de um novo sindicalismo e dos movimentos sociais, aparece com mais força no cenário político e econômico da época. Ele traçou todo o quadro político com a transição para um governo civil e os avanços e mudanças da profissão nessa conjuntura.

Netto afirmou que o veio da militância política sempre esteve presente nos assistentes sociais, mesmo que fosse com um cunho conservador, seja pela particularidade do exercício profissional, seja pela militância católica, inclusive político-partidária. Em sua opinião, muitos assistentes sociais se omitiram durante a ditadura e muitos até lhe serviram. A intenção de ruptura ainda era minoritária, o que pode explicar que a categoria tenha sido uma das últimas a se engajarem no contexto da luta contra a ditadura. Enfatizou que a maior particularidade do III CBAS foi ter quebrado, não eliminado, o monopólio conservador no Serviço Social. Para ele, em 1979 é dada a largada para que as tendências críticas se espalhassem pela categoria.

Iamamoto centrou sua fala no legado que o Congresso da Virada deixou para os assistentes sociais, com marcas da

ico-político profissional

tradição marxista. Outros elementos importantes, segundo ela, foram o projeto de formação, baseado em uma teoria crítica, e a forte organização política, com o fortalecimento das entidades de Serviço Social.

Pesquisadora do CELATS à época, lamamoto fez uma recuperação do movimento de Reconceituação latinoamericano e lembrou a articulação do Serviço Social na América Latina, que resultou na criação da ALAETS em 1965. A Reconceituação entrou em decadência em 75, mas foi um

elemento importante para o processo da “Virada”. A professora listou alguns pontos importantes para a mudança proposta no III CBAS: a pesquisa realizada pelo CELATS em 1977 para saber o grau de organização da categoria; a organização dos estudantes de Serviço Social (na época a Enesso ainda não existia); o primeiro debate latinoamericano sobre política social, realizado em 1978 e o reconhecimento do assistente social como trabalhador que opera as políticas sociais.

De acordo com lamamoto, entre os maiores desafios

postos atualmente para os assistentes sociais estão a formação e a capacitação continuada do profissional.

O Seminário comemorativo contou ainda com uma Mesa Redonda que abordou os desafios do projeto ético-político profissional com Lucia Barroco (PUC/SP), Maria Carmelita Yazbek (PUC/SP), Ana Elisabete Mota (UFPE) e Sara Granemann (UFRJ) e terminou com o tema “Organização Política do Serviço Social” com a participação de representantes do CFESS, Abepss, Enesso e Cress/SP.

A “Virada” na ética e nos Conselhos de Serviço Social no Brasil

Marlise Vinagre

Foi na conjuntura da virada dos anos 70 para os anos 80, diante de uma articulada movimentação de resistência diante da ditadura militar, que já apresentava sinais de crise, que setores profissionais progressistas ensaiaram buscar várias tentativas de ultrapassagem do conservadorismo teórico e ético-político, cujo marco foi o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 – O “Congresso da Virada”. Tivemos avanços na direção da superação da ética da neutralidade, fundada no neotomismo e em uma visão abstrata e ahistórica de homem; avanços que tiveram repercussão em vários níveis: na organização da categoria, na formação e no exercício profissional. Buscando articulações com outros profissionais e com setores progressistas da sociedade para o enfrentamento das mazelas da questão social e da barbárie resultante da ofensiva capitalista sobre os países periféricos, a direção de ruptura com o tradicionalismo foi avançando, sendo construídos e pactuados elementos indicativos e normativos, ancorados na perspectiva crítica. Essa tendência, mediada por um clima favorável no cenário nacional e internacional, veio acompanhada de uma participação político-cívica mais qualificada, o que levou ao adensamento da defesa intransigente da democracia e da democratização das instituições, o que levou, particularmente, a se por em questão o papel meramente cartorial, burocrático, corporativista e, ao mesmo tempo, policialesco dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Em nível da fiscalização e da elaboração de balizas éticas para o exercício profissional, este processo de amadurecimento expressou-se na elaboração do Código de 1986, na nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e, no triênio 90/93, na elaboração de um amplo e massivo processo de debate ético, que culminou na aprovação do Código de 1993. Buscava-se um instrumento ético e político sintonizado com o movimento histórico das relações sociais no seu acontecer cotidiano. O objetivo era dar concretude à idéia de compromisso já plasmada no Código de 1986, na direção da emancipação humana e superação de todas as formas de desigualdades.

No âmbito das atividades de fiscalização empreendidas pelos Conselhos Profissionais, por volta dos idos do início dos oitenta, iniciou-se um profundo processo de desburocratização e de busca de radical democratização nos conselhos, entendendo-os como instâncias com a responsabilidade de assegurar o cumprimento de uma nova ética, comprometida com a alteração real da sociedade e com os “interesses das classes trabalhadoras”.

O significado do processo de democratização ocorrido no âmbito dos Conselhos resultou na busca da transparência, racionalidade e responsabilidade política no trato dos recursos advindos da arrecadação das anuidades

devidas às entidades fiscalizadoras. Tal postura implicava a adoção de uma prática administrativa e financeira que possibilitasse o cumprimento da competência daqueles órgãos em termos político-pedagógicos de controle social, tendo como alvo o exercício profissional e as instituições, tendo vista a garantia da qualidade dos serviços prestados ao usuário. Isso supunha a formação de uma cultura pública nos espaços dos Conselhos que deveriam se converter em espaços vivos de luta pela socialização da riqueza no Brasil e pela implementação de direitos, bem como de ações programáticas que efetivassem a direção política do projeto profissional apontado desde os anos de 1970. Redimensionou-se a concepção de fiscalização, sendo o alvo o exercício profissional e, também a partir daquela conjuntura, as instituições, envolvendo três dimensões: a) dimensão afirmativa de princípios e compromissos; b) dimensão político-pedagógica; c) dimensão normativo-disciplinadora.

Vale aqui ressaltar a especificidade dos Conselhos enquanto órgãos que devem ser concebidos como de direito público e defender prioritariamente interesses da sociedade e da corporação profissional do Serviço Social, e não interesses privatistas ou corporativistas, tendo função normatizadora e atuando como tribunal de ética. Foi com base nessa concepção quanto à função social dos Conselhos e quanto ao seu papel político e profissional que se defendeu a mudança de denominação de CFAS para CFESS, mudança efetivada na gestão 90/93, com a aprovação da nova Lei 8662/93. Ou seja, não se tratava de uma questão de mera atualização modernizadora da denominação dos Conselhos, mas de uma profunda reforma no interior da sua concepção.

Pois bem: investiu-se na capacitação de agentes fiscais e em uma política de valorização e qualificação dos recursos humanos nos Conselhos. Apostou-se na radicalidade democrática na gestão dos conselhos, através da proposição, a partir de 1987, de eleições diretas para a direção do então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), com voto não obrigatório, da proposta de democratização na relação CFAS/CRAS e da adoção, na prática, da forma de direção colegiada, embora com a vigência regimental do formato presidencialista. Cabe o registro também da luta dos Conselhos pela ampliação da visibilidade da profissão e pela defesa de sua imagem, através de uma política de comunicação, bem como participação ativa na tramitação de leis no congresso nacional, como na lei Orgânica da Assistência, no Estatuto do Idoso, e outras. Conquistamos assento ou representação em vários conselhos de direitos e fóruns, interferindo nos rumos dos debates na área da seguridade, com a crítica qualificada e propositiva.

O desafio situava-se em como “chegar lá na ponta”, onde as(os) assistentes sociais estavam imersas no burocratismo

e pragmatismo da busca de respostas às demandas postas pela sua inserção institucional. Ao que tudo indica essa questão ainda hoje permanece pautada na agenda política da categoria.

Contudo, embora se tenham conquistado inegáveis avanços ao longo de mais de 70 anos de existência da profissão, alguns desafios ao projeto ético-político constantemente se reatualizam no momento presente de desenvolvimento do capitalismo e de retórica pós-moderna, colocando na ordem do dia temas, tais como: reforma curricular, realização de cursos de graduação à distância, de cursos de tecnologia social, proliferação de cursos aligeirados e de qualidade duvidosa, exame de proficiência, dentre outras temáticas. Além disso, a tendência à assistencialização da atuação dos profissionais de Serviço Social, aliada à flexibilização no mundo do trabalho e à desregulamentação das profissões, aponta para debates profícuos e embates quanto ao que prevê a Lei de Regulamentação da Profissão, sobretudo no tocante às atribuições privativas.

A prática profissional tem necessariamente uma finalidade, uma direção social. Estou convencida de que é com o compromisso com a radicalização ética aqui desenhada que podemos reagir à ofensiva barbarizante do capitalismo. Dessa forma, o desafio é deixar que os princípios plasmados no Código de Ética de 1993, que materializam a direção apontada pelo projeto ético-político do Serviço Social construído a partir do marco do Congresso da Virada, sejam cotidianamente afirmados no tempo presente, na perspectiva da resistência de classe, bem como da emancipação humana. Isso demanda continuidade do debate crítico qualificado e das lutas iniciadas nos anos setenta, com busca de alianças internacionais com as forças sociais progressistas e revolucionárias.

Ora, esse é um horizonte extremamente desafiador, sobretudo em um país historicamente marcado pela defesa da propriedade privada, da concentração de renda e negação dos direitos humanos, da prevalência dos interesses do capital sobre o trabalho, da cultura da despolitização, da competitividade e do individualismo.

Contudo, este desafio não é novo, uma vez que desde o marco do Congresso da Virada os setores progressistas da categoria aprenderam a remar na contracorrente e a disputar, no interior da sociedade e da heterogeneidade da categoria, a intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, na direção do compromisso com as lutas históricas dos trabalhadores.

Professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, mestre em Serviço Social, doutora em Ciências Sociais, presidente do CFESS (90/93) e vice-presidente do CRESS/RJ (2005/2008), pesquisadora nas temáticas de ética, direitos humanos, diversidades étnicorraciais e de gênero, projeto ético-político do Serviço Social

Programa espaço servidor da Uerj

O Programa Espaço Servidor da Uerj (Pesuerj) foi implementado há 12 anos pela Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), numa iniciativa pioneira na oferta de atendimento em saúde mental para os trabalhadores da Uerj. A proposta do programa era atuar com uma equipe multiprofissional composta por médicos, psicólogos e assistentes sociais.

De acordo com Perciliana Rodrigues, assistente social da Uerj desde 1994, o programa sofreu uma reestruturação em 2001 o que resultou em um maior intercâmbio com demais setores responsáveis pelo atendimento aos servidores. Ela acredita que isto ocorreu por conta da demanda crescente por atendimento e aponta que as ações do Pesuej se baseiam em três eixos: o atendimento da demanda por assistência psicossocial, as ações de promoção de saúde junto aos diversos setores e a pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde. Na opinião de Perciliana, esses eixos de ação implicam num trabalho interdisciplinar e intersetorial, com ações conjuntas e articuladas, promovendo uma interação de saberes e experiências, a fim de promover a melhoria das condições de saúde e trabalho dos trabalhadores da universidade.

Perciliana está atualmente integrando a equipe do programa, mas dentro da Uerj já passou por outros programas, dentre eles um voltado para bolsa de iniciação ao trabalho. Também esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj). Sua militância sindical, segundo ela, contribuiu para o desenvolvimento do seu trabalho como um facilitador, já que passou a conhecer de perto a estrutura da universidade e a realidade dos seus trabalhadores.

Segundo Perciliana, a última consolidação do perfil dos usuários do Pesuej, realizada em março de 2009, registrou 186 atendidos regularmente (considerando os que têm frequência regular às consultas e atendimentos agendados). Em novembro será iniciado um novo levantamento e ela acredita que esse número pode chegar à média de 200 servidores, entre técnico-administrativos, docentes, aposentados e contratados.

Ela destaca que sendo a única assistente social na equipe, tem atuado em diversas frentes: recepção/acolhimento dos servidores que chegam ao ambulatório (encaminhados por outros setores/especialidades ou espontaneamente), orientando e organizando essa demanda para absorção no ambulatório e/ou reorientando-a a outros recursos e dispositivos na área de saúde mental, numa troca permanente com outros profissionais da equipe; acompanhamento dos casos em que o trabalho seja fator desencadeante ou agravante do sofrimento psíquico; orientações e encaminhamentos com vistas ao acesso a direitos sociais, trabalhistas e previdenciários; absenteísmo ligado ao uso abusivo de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas); orientação sócio-familiar; encaminhamentos a outros recursos e setores; articulação intra e interinstitucional como sua participação no Fórum de Saúde Mental da área programática e em ações conjuntas com órgãos da universidade, principalmente do Dssaúde – órgão responsável pela política de saúde do trabalhador da Uerj.

Recentemente, a assistente social iniciou um projeto de trabalho em grupo, permanente e aberto, com os servidores que são acompanhados pelo Pesuej, cujo sofrimento esteja ligado ao trabalho. Atualmente há uma bolsista de extensão que também tem uma carga horária de estágio em Serviço Social. Ela afirma que se fosse possível contar com outro assistente social na equipe seria mais fácil pensar em novas frentes de trabalho e aprofundar a perspectiva mais investigativa da atuação do Serviço Social. Perciliana avalia que a demanda de trabalho apresentada ao Serviço Social situa-se principalmente nas questões relacionadas às condições de vida e trabalho do servidor

da universidade, seus direitos quanto aos diferentes tipos de afastamento, remoção e readaptação funcional, aposentadoria etc. Há também muita incidência de dependência química e suas implicações nos atendimentos.

“O trabalho interdisciplinar não é uma diluição das fronteiras profissionais”, garante a Perciliana. Explica que são as diferentes análises profissionais que enriquecem e possibilitam uma maior compreensão sobre a realidade do usuário e sujeito do processo de tratamento, numa visão de totalidade. Avalia que é preciso perceber esse trabalhador que chega ao ambulatório com sua demanda individual de atendimento e perceber o caráter coletivo e histórico de seu adoecimento (de sua “queixa”), sem negar sua subjetividade e singularidade.

Perciliana indica que é importante reafirmar uma proposta de ação do Serviço Social, cujo compromisso reforce a perspectiva de transformação da realidade. Constituir alianças e uma rede de atores e de ações que confluem seus objetivos e as estratégias no enfrentamento da lógica neoliberal, que aprofunda a perda de direitos. A intensidade das atividades, a acumulação de funções, as relações autoritárias, a precarização e superexploração do trabalho são expressões de um projeto econômico e político-social que está na contramão da libertação dos trabalhadores e de uma condição plena de saúde, especialmente na área saúde mental. Esse trabalho desumanizado, em sua opinião, é a principal origem de adoecimento. Por isso, a prática do assistente social na saúde mental do trabalhador deve buscar essa interlocução constante, trazendo à tona as condições desse processo de trabalho, e para isso o conhecimento crítico da realidade institucional também é fundamental. O assistente social, na equipe, vai cumprir esse papel de forma privilegiada, pela sua formação e pelo seu projeto ético-político profissional.

Perciliana destaca que a reflexão teórica e técnico-operacional acerca do papel do Serviço Social na área de saúde mental, articulada à área de saúde do trabalhador, especialmente no que tange ao seu sofrimento psíquico, para nada deve significar uma proposta de ação isolada e independente do que o Pesuej vem se propondo. O atendimento específico aos trabalhadores da universidade, organizado em um Programa, não pode ser compreendido como um “miniambulatório” dentro do ambulatório da psiquiatria, tampouco como um espaço de “troca de favores”, por atuar junto ao público interno da universidade. Ao contrário, por atender especificamente aos seus trabalhadores (“usuário-servidor”), deve ser reafirmado como uma política institucional que busca articular prioritariamente três áreas: saúde mental/saúde geral, saúde e segurança do trabalhador e recursos humanos. Essa deve ser uma importante diretriz dessa política de ação.

Para Perciliana o maior desafio do Serviço Social nesse programa é superar a perspectiva individual, que por vezes a rotina da clínica, na demanda de atuação dos profissionais da área “psi”, possa reforçar. Reafirma que isso não significa negar a subjetividade e singularidade do sujeito, e até mesmo atuar sobre essa dimensão, o que é objeto e especificidade



Perciliana Rodrigues - assistente social do Pesuej

dessas outras formações profissionais. O Serviço Social, com sua formação e perfil, deve ser aquele que reforça a leitura do coletivo, do caráter histórico desse sofrimento. O adoecimento que é produzido social e historicamente. É também um articulador que facilita a construção de uma rede social e técnica que vise o atendimento integral do trabalhador, na perspectiva do SUS e dos direitos sociais. Pode contribuir na ampliação das fronteiras dessa demanda que chega até ao ambulatório de psiquiatria.

Ensino, pesquisa e extensão

O Pesuej, inserido numa instituição universitária, que se organiza segundo os eixos de ensino, pesquisa e extensão, busca se autoafirmar como parte de uma política institucional de saúde mental, articulada à saúde do trabalhador enquanto sujeito coletivo e histórico, e à área de recursos humanos. Caracteriza-se tanto como um dispositivo de atendimento quanto como um espaço de formação e pesquisa. A assistente social explica que os objetivos do programa são prestar atendimento de qualidade aos trabalhadores da universidade que apresentam algum grau de sofrimento psíquico, através de uma abordagem interdisciplinar e atuar na promoção da saúde mental dos trabalhadores, em nível primário, articulada intra e interinstitucionalmente. Entre os objetivos mais específicos ela cita: garantir suporte médico-psiquiátrico, psicológico e social aos servidores da universidade, de acordo com a demanda apresentada; inserir os servidores na política de atendimento em saúde mental, através do hospital universitário e outras instituições especializadas; investigar o nexocausal entre sofrimento psíquico e condições de vida e trabalho e oferecer espaço de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional na área de saúde mental e trabalho.

Plano de trabalho para 2010

- Dar continuidade à política já desenvolvida, buscando ampliar seus horizontes, com compromisso de atendimento integral e de qualidade.
- Fortalecer as esferas de atuação da equipe, como participação no Fórum de Saúde Mental da AP 2.2, no qual o HUPE se insere e a atuação nos setores da universidade, em nível de promoção de saúde.
- Atualizar e aprofundar os estudos de perfil de atendimento pelo Programa, na perspectiva de novas ações.
- Realizar estudos que possam identificar o grau de relação entre o sofrimento psíquico e trabalho e seu possível nexocausal.
- Consolidar e ampliar contatos e parcerias institucionais.
- Consolidar o Pesuej como um Programa de Extensão da Universidade.

Equipe do Pesuej

Cláudia Alcântara (*psicóloga e coordenadora do Programa*); Cristiane (*psicóloga*); Jane Nascimento (*psicóloga*); Débora Sardou (*psicóloga*); Maria Aparecida M. M. Gomes (*médica psiquiatra*); Maria Regina Roquette (*médica psiquiatra*); Maria José (*psicóloga*); Maria de Fátima (*secretária*); Mariza M. Theme Filha (*médica epidemiologista*); Mônica Younes (*psicóloga*); Perciliana C. Rodrigues (*assistente social*); Paulo Roberto Pavão (*médico psiquiatra, supervisor da equipe e chefe da UDA – psiquiatria*)

Espaço
COFI

O trabalho dos agentes fiscais na defesa da qualidade do exercício profissional

A função precípua dos Conselhos Regionais (autarquias federais), conforme determina a Lei Federal 8662/93, é fiscalizar, defender e disciplinar o exercício profissional do assistente social no âmbito do seu Estado. Como definiu o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS "A fiscalização profissional é atividade precípua dos Conselhos Regionais, para a qual foram criados, como exigência constitucional, quanto ao estatuto das profissões liberais e condição de sua existência legal e parametrada nos princípios e valores expressos num Código de Ética Profissional (1993). Deve assegurar probidade, uniformidade e qualidade dos serviços profissionais prestados a população, salvaguardando interesses dessa e não dos profissionais tomados isoladamente, para tanto, lançando mão de recursos e estratégias como COFI's e agentes fiscais".

O Conjunto CFESS/Cress (formado pelo CFESS e pelos Cress's de todo o Brasil), no intuito de uniformizar e fortalecer o exercício da fiscalização em nível nacional, instituiu em 1999 as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional, disposta na normativa intitulada Política Nacional de Fiscalização (PNF). Esta PNF, em virtude de conveniência de revisão e atualização, foi substituída pela atual Resolução CFESS 512/07, aprovada no XXVI Encontro Nacional CFESS/Cress, e é, atualmente, a norma definidora do papel da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) e, particularmente, dos assistentes sociais que exercem, nesta Comissão, as funções de agentes fiscais.

Segundo a PNF, "a execução da fiscalização se faz em relação ao exercício profissional dos assistentes sociais e às pessoas jurídicas que prestam serviços específicos do Serviço Social a terceiros". A partir desta aproximação dos termos normativos, podemos então encontrar a função do agente fiscal como sendo o assistente social que vai executar a atribuição privativa de "fiscalizar o exercício profissional" nos Conselhos Regionais de Serviço Social. Desenvolverá de atividades previstas no artigo 13 da Resolução CFESS 512/07, onde estão dispostas as suas competências e atribuições profissionais específicas.

O agente fiscal é um funcionário contratado, compondo a COFI com conselheiros/diretores e assistentes sociais de base.

Apesar de, em última instância, o resultado final da atuação dos agentes fiscais estar materializado na melhoria

e consolidação de uma atuação profissional qualitativa da categoria junto à população, o público alvo dos agentes fiscais é, privilegiadamente, formado pelos assistentes sociais que atuam nos mais variados espaços sociocupacionais, intervindo nas diferentes expressões da questão social. Tal compreensão parte da premissa inquestionável de que o assistente social é, efetivamente, o agente técnico e ético da intervenção profissional que, por sua vez, é o objeto da nossa fiscalização e que deve visar, conforme um dos princípios do Código de Ética Profissional: "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional".

Nessa perspectiva, gostaríamos de expor os procedimentos que os assistentes sociais agentes fiscais utilizam nas visitas de fiscalização, em especial, naquelas que visam especificamente à averiguação de irregularidades. Este tipo de visita decorre de alguma denúncia, notícias em geral, ou, pela própria avaliação da COFI, que indique a existência de alguma das irregularidades relacionadas ao exercício profissional do assistente social, seja por parte da instituição, seja por parte dos próprios profissionais. A necessidade desta modalidade de ação dos agentes fiscais também pode advir da realização de algum atendimento de orientação onde, a priori, não há indicativo de irregularidade, mas, no decorrer da intervenção, surgem indícios que devam ser averiguados. Essas visitas de fiscalização visam a apuração de irregularidades e, quando comprovadas são realizados os devidos encaminhamentos para superação e enfrentamento do que foi constatado.

Visitas desta natureza são baseadas em orientação político-jurídica - já que como agentes fiscais, somos investidos de prerrogativa legal que nos permite fiscalizar o Serviço Social, comumente inserido numa determinada Instituição. Ao chegarmos numa Instituição, nos dirigimos aos profissionais do Serviço Social (seja ela composta de um assistente social ou formada por uma equipe); verificamos se as atribuições relativas ao Serviço Social estão sendo executadas por assistentes sociais regularmente inscritos no Cress; as condições físicas, técnicas e éticas no exercício profissional do assistente social, tendo como referência a Lei 8662-93, o Código de Ética Profissional, a Resolução CFESS 493/06 e outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS. Nos casos em que verificamos/constatamos qualquer infração a essas normativas, por parte das instituições, e/ou



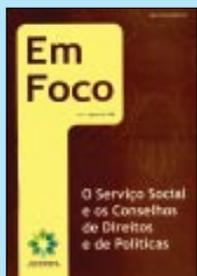
Martha Fortuna e Elizabeth Salvador - coordenadoras da COFI

dos próprios assistentes sociais, tomamos as providências cabíveis para regularização dos fatos e, quando fogem às competências legais do Cress, acionamos o Ministério Público Federal ou Estadual.

Ainda de acordo com a Resolução CFESS 512/07, no caso de ausência do assistente social, por motivo de demissão, exoneração ou afastamento, podemos adentrar a instituição, entrevistar pessoas, inspecionar as instalações, verificar o material técnico utilizado e solicitar cópias de documentos que tenham relação direta ou indireta com o exercício profissional do assistente social. Não sendo encontrado, o assistente social em caso de mera ausência do profissional no ato da visita, o agente fiscal deverá emitir um comunicado a este, solicitando sua presença na instituição em dia e hora marcados, a fim de proceder com a sua presença a fiscalização. Caso o profissional esteja ausente no dia e hora previamente marcados, o agente fiscal poderá tomar todas as providências aqui citadas sem sua presença.

Estas informações são importantes para esclarecer dúvidas e incompreensões acerca do trabalho dos assistentes sociais - agentes fiscais no exercício de sua função principal. Compreender a natureza do trabalho dos agentes fiscais requer a compreensão de uma estrutura jurídico-normativa de natureza fundamentalmente ético-política que o Serviço Social, nas últimas duas décadas, construiu na busca de um exercício profissional alinhado com a luta por um serviço de qualidade na defesa dos direitos dos seus usuários.

Publicações à venda no Cress



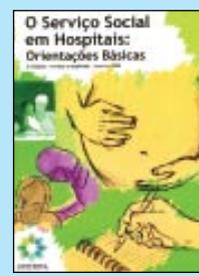
Revista EM FOCO:
O Serviço Social e os Conselhos de
Direitos e de Políticas - R\$10,00



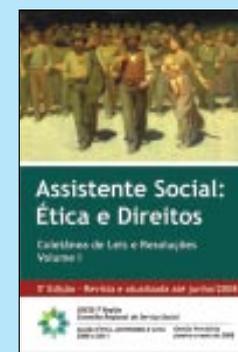
Revista EM FOCO:
O Serviço Social
e a Educação - R\$10,00



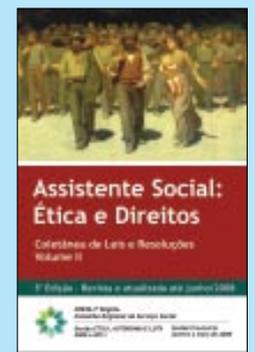
Revista EM FOCO:
Serviço Social Clínico -
R\$10,00



O Serviço Social em Hospitais:
Orientações Básicas
2ª Edição revista e ampliada - R\$ 7,00



Assistente Social: Ética e Direitos
Coletânea de Leis e Resoluções - Vols. I e II
5ª Edição - Revista e atualizada até junho/2008
R\$ 30,00 (os dois volumes) - R\$17,00 (cada volume)



Encontro Nacional discute temas polêmicos

O 38º Encontro Nacional CFESS/Cress, que aconteceu em Campo Grande (MS) entre os dias 6 e 9 de setembro, reuniu 146 delegados, 60 observadores e 28 convidados. Após a tradicional mesa de abertura com representantes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Conselho Regional de Serviço Social/MS foi apresentada a conferência “Socializar Riqueza para Romper Desigualdade: mediações e desafios do Projeto Ético-Político Profissional” com as convidadas Sara Granemann (UFRJ) e Silvana Mara Morais dos Santos (conselheira do CFESS).

Sara revelou dados que apontam a desigualdade crescente no Brasil e, baseada neles, afirmou que o capitalismo tem encontrado novas formas de manter a dominação e a exploração. A redução das taxas de lucro e as formas de acumulação passam por uma reestruturação que, segundo a professora, podem ser classificadas como um processo de mercantilização e financeirização das políticas sociais.

Na opinião de Sara, o Estado se torna espaço prioritário para que se abram novos investimentos do grande capital, que se traduz nas privatizações do parque estatal produtivo e das finanças por meio dos bancos públicos. Ela informou ainda que a meta do momento é investir nas privatizações das políticas sociais e um exemplo disso é a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse público (Oscips) ou Organizações Sociais (OSs) em vários estados. Alertou que essa é uma tendência mundial, pois as privatizações das políticas sociais já são uma realidade em muitos países. Sara não hesitou em afirmar que é por conta destes novos contornos do capital que as políticas sociais assumem esta conformação monetarizada. Mas garantiu que para enfrentar esse quadro conjuntural pessimista é fundamental que os trabalhadores se mobilizem na luta.

Silvana também abordou a crise do capital e traçou um panorama político econômico da atualidade. Afirmou que a crise em curso não é meramente conjuntural: tem caráter e densidade estruturais e analisada a evolução do capitalismo na história seguidas crises serão constatadas, demonstrando que é um elemento próprio presente neste modo de produção e organização da vida em sociedade. Lembrou que defender políticas sociais nunca foi tarefa fácil, principalmente durante os anos de construção do projeto ético-político profissional. “Este projeto caminha pelas esquinas perigosas de quem escolheu a trajetória de enfrentamento real à desigualdade e suas expressões”, disse.

Para a conselheira, o “desvio de rota da esquerda” precisa ser superado pelos assistentes sociais e todos trabalhadores, pois será necessário avaliar de forma crítica a adaptação da esquerda à sociedade burguesa, com o deslocamento ocorrido quando a emancipação política se tornou meta máxima e, depois, a necessidade de governabilidade. Ressaltou a necessidade de política, cultura e forças organizadas do trabalho para a construção de um projeto classista. Um dos desafios, em sua opinião, é potencializar no cotidiano profissional as possibilidades de construção coletiva das respostas que precisam ser dadas à presente conjuntura.

No segundo dia do evento foi realizada a mesa “Trabalho do Assistente Social e a Questão do Aborto” que contou com Pedro Kemp (deputado estadual), Francisca Chaves (assistente social do CISAM/PE - que atende mulheres vítimas de violência sexual propiciando o acesso ao direito ao aborto legal em casos de estupro) e Verônica Ferreira (assistente social do SOS Corpo/Instituto Feminista para Democracia). Dados apresentados durante a Mesa Redonda apontaram que cerca de

11 mil mulheres morrem por ano por complicações do aborto inseguro. Esta já é a 4ª causa de morte materna no Brasil (1ª em Salvador) e o 2º procedimento obstétrico mais realizado. Além disso, 250 mil internações para tratamento das complicações do aborto são registradas pelo SUS todos os anos.

Depois um amplo debate foi realizado sobre o trabalho do assistente social e a questão do aborto. A plenária do Encontro Nacional aprovou, por unanimidade, “posição favorável à descriminalização do aborto e a necessidade de difundir a norma técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal e seguro como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos, que se exerce no contexto da laicidade do Estado, garantindo justiça social e igualdade de direitos”.

Foram também aprovados o aprofundamento do debate sobre sua legalização e uma Moção de apoio ao Manifesto contra a criminalização das mulheres que praticam aborto, apresentado pela Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Vale ressaltar que a expectativa em relação ao posicionamento que o Conjunto CFESS/CRESS tomaria sobre o aborto mobilizou a imprensa em torno do Encontro Nacional em Campo Grande. Em entrevistas para jornal e tv, a presidente do CFESS Ivanete Boschetti e a Conselheira Marylucia Mesquita, da Comissão de Ética e Direitos Humanos/CFESS, denunciaram que as mulheres que praticam o aborto são criminalizadas e correm risco de morrer ou ter complicações graves.

Organização sindical

“A Organização Político-Sindical do Serviço Social: tensões e Estratégias” foi o tema da segunda Mesa Redonda do dia. As convidadas para debater o tema polêmico foram Maria do

Socorro Reis Gabral (PUC/SP) e Marinete Cordeiro (conselheira do CFESS). Socorro Gabral fez um resgate histórico da trajetória dos assistentes sociais e das suas lutas sindicais e em associações até a decisão coletiva e hegemônica para a adesão aos sindicatos por ramo. Marinete reforçou a importância de manter a decisão da categoria na defesa da adesão dos assistentes sociais a sindicatos por ramo, que é a única proposta, em sua opinião, que pode fortalecer os trabalhadores. Admitiu que essa forma de organização por ramo de atividade tem encontrado dificuldades por conta de uma conjuntura adversa, mas ressaltou que os avanços só serão obtidos em uma luta mais ampla junto aos demais trabalhadores.

Depois das falas oficiais, foi aberta a palavra para todos os representantes dos Cress, onde há sindicatos de assistentes sociais. A presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz, fez um depoimento apontando que a discussão sobre esse tema deveria ser ampliada, pois é de grande relevância para a categoria. Registrou que o debate sobre a organização político-sindical da categoria não pode prescindir do debate sobre o papel do Conjunto CFESS/Cress.

O Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress contou com os seguintes grupos temáticos: formação profissional, administrativo-financeiro, seguridade social, relações internacionais, ética e direitos humanos, comunicação e fiscalização profissional. Houve ainda uma plenária especial para a revisão do Código Eleitoral. Haverá esforços do Conjunto CFESS/Cress junto ao Tribunal Superior Eleitoral no sentido de viabilizar, onde for possível e se optar pela realização de eleição presencial, pela utilização de urnas eletrônicas. Foram mantidas as possibilidades de realização das eleições em sistemas mistos (presencial e por correspondência) ou apenas na segunda destas modalidades.

Entre os grandes debates do 38º Encontro Nacional, esteve

Campanha - Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade

“Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade”. Esse é o tema da campanha do Conjunto CFESS/Cress contra a concentração de riqueza no país.

“Chega de esperar que eles dividam o bolo por você. Exija a sua parte”. Essa mensagem está exposta em cartazes, banners e cartões postais, acompanhada de uma imagem forte que mostra o resto de um bolo sobre uma mesa coberta com a bandeira do Brasil, e mais a explicação: “Depois que o rico come, é isso o que sobra para você.”

Além do material impresso, que está sendo distribuído em todas as regiões do país (os postais são encontrados em cinemas, teatros, restaurantes e outros estabelecimentos culturais de 10 capitais), foi produzida também uma peça para rádios, que está sendo veiculada em cerca de mil emissoras em centenas de cidades de todos os Estados.

Durante a plenária final do Encontro Nacional, a presidente do CFESS, Ivanete Boschetti e o assessor de comunicação, Bruno Costa, apresentaram os detalhes da campanha. “O Serviço Social tem o compromisso com a garantia dos direitos. Mais do que isso, tem o compromisso com a construção de uma sociedade em que esses direitos sejam respeitados”, ressaltou Ivanete.



Segundo dados do Dieese (2008), os 10% mais ricos da população brasileira ficam com 44,5% da renda do trabalho, enquanto os 10% mais pobres dividem 1% dela. 56% de toda riqueza produzida ficam concentrados nas classes mais ricas. A desigualdade também é grave no campo, onde um grupo de cem mil grandes proprietários são donos de 58% das terras, enquanto mais de dois milhões de pequenos proprietários dividem apenas 7% da posse.

presente a Metodologia do Depoimento Sem Dano. Durante o evento foi aprovado que o CFESS publicasse uma resolução sobre o tema. No dia 16 de setembro foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução CFESS Nº 554/2009, que dispõe sobre o não reconhecimento “da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano” como atribuição ou competência de assistentes sociais. Cabe enfatizar que o Conjunto CFESS/Cress já havia se posicionado contrário à participação de assistentes sociais na Metodologia do Depoimento Sem Dano no 37º Encontro Nacional, em 2008. Os debates foram aprofundados e o CFESS solicitou um Parecer Jurídico, esclarecendo as implicações dessa prática.

O documento considera que a Metodologia do Projeto Depoimento Sem Dano “não possui nenhuma relação com a formação ou conhecimento profissional do assistente social”. E veda “vincular ou associar o exercício de Serviço Social e/ou ao título de assistente social a participação em metodologia de inquirição especial sob a procedimentalidade do Projeto de Depoimento Sem Dano”.

Práticas terapêuticas

O debate das práticas terapêuticas também ganhou destaque no Encontro Nacional de Campo Grande. A Carta

aos Assistentes Sociais Brasileiros, aprovada na plenária final reafirmou o posicionamento contrário do Conjunto CFESS/Cress à “adoção das práticas terapêuticas como atribuição e/ou competência profissional de assistentes sociais”. Cabe ressaltar que esse posicionamento já havia sido deliberado no 37º Encontro Nacional, em 2008. O encaminhamento apontava para a elaboração de uma Resolução do CFESS sobre o tema. Mas foi nos debates em Campo Grande que ficou definido que novas contribuições dos Conselhos Regionais serão avaliadas para que a Resolução acerca do tema seja publicada até dezembro, cabendo ao CFESS as providências necessárias.

A formação profissional em Serviço Social é sempre um tema de destaque nos Encontros Nacionais. A graduação à distância foi amplamente debatida pelo grupo temático. O Conjunto CFESS/Cress junto com a ABEPSS e a ENESSO decidiram publicar uma Carta Aberta aos estudantes e trabalhadores dos cursos de graduação à distância em Serviço Social no Brasil. Assistentes sociais presentes ao Encontro aprovaram o conteúdo, por unanimidade, durante a Plenária Final, no dia 9 de setembro. A íntegra da carta, as moções e o relatório final do evento podem ser conferidos no site www.cressrj.org.br



38º Encontro Nacional CFESS/CRESS
06 a 09 de setembro de 2009 - Campo Grande-MS

O grupo de formação também aprovou, com a contribuição da ABEPSS, o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior que aponta estratégias para combater a precarização do ensino superior e defender a formação e o trabalho de qualidade. As ações vão desde a fiscalização nas unidades de educação à distância até o estímulo à abertura de cursos presenciais de Serviço Social nas instituições públicas. O conjunto de ações está organizado por sete eixos estratégicos: ações relativas à Política Nacional de Fiscalização; ações de

estudos e pesquisas; de articulação com entidades, movimentos sociais e conselhos; ações junto ao MEC; junto ao Poder Legislativo; ações jurídicas; e de comunicação e mobilização. Além de fiscalizar a educação à distância, o Conjunto CFESS/Cress pressionará o MEC para que cumpra suas atribuições de autorização e credenciamento de novos cursos, e irá solicitar à Comissão de Educação da Câmara e do Senado audiências públicas em defesa da formação de qualidade. Leia a íntegra do Plano de lutas no site www.cressrj.org.br

Assistentes sociais marcam presença no Grito dos Excluídos

Em articulação com os movimentos sociais, o Conjunto CFESS/Cress marcou presença no “Grito dos Excluídos” realizado em Campo Grande (MS), onde aconteceu o Encontro Nacional deste ano. A manifestação foi organizada tradicionalmente seguindo a parada militar do dia 7 de setembro em uma das principais avenidas da cidade, para apresentar à população presente ao evento as reivindicações dos movimentos sociais e demais entidades, além de denunciar as irregularidades do Senado.

Diretores do CFESS aproveitaram para fazer o lançamento da campanha nacional “Socializar riqueza para romper desigualdade”, distribuindo cartões e exibindo os cartazes. Representantes dos Cress’s e da Coordenação Nacional da Enesso também participaram do evento.

Algumas deliberações do Encontro Nacional CFESS/Cress e sua relação com as propostas apresentadas pela delegação do Rio de Janeiro:

Tema	Proposta da assembleia e das reuniões públicas realizadas pelo CRESS-RJ	Deliberação do 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS
Formação profissional	Estabelecer canais de diálogo com estudantes e profissionais envolvidos com o ensino de graduação à distância em Serviço Social.	Aprovação de carta do Encontro dirigida aos estudantes e profissionais citados.
Práticas terapêuticas	Aprovar resolução que vede o “exercício de terapias sob quaisquer orientações teóricas em sistemas formais e informais (inclusive terapias de casal, de família, de grupo, individual ou comunitária, dentre outras), como profissional de Serviço Social, bem como sua associação ao título de assistente social”.	Aprovação da Resolução sobre o tema foi remetida para o Conselho Pleno do CFESS, com prazo previsto até o final de 2009.
Parecer técnico conjunto entre assistentes sociais e outros profissionais	Acrescentar na Resolução: 1- uma qualificação do que se entende por equipe multiprofissional 2 - garantir a inclusão do texto “em documentos assinados conjuntamente, a partir da ação multiprofissional, não deverão constar atribuições que, legalmente, sejam privativas de uma ou outra profissão”. Desta forma, seria possível assinar um parecer técnico em conjunto com outros profissionais, fruto de uma discussão e opinião multidisciplinar.	Resolução aprovada pelo Encontro Nacional
Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na saúde	Cress/RJ encaminhou contribuições aprovadas em reuniões convocadas pela subcomissão de saúde	Aprovação final do documento sobre os parâmetros não ocorreu no evento, mas foi publicado posteriormente.
Participação de assistentes sociais na metodologia denominada “Depoimento sem danos”	Cress/RJ defendeu vedação da possibilidade de participação de assistentes sociais na metodologia.	Resolução aprovada indica que não é atribuição ou competência dos assistentes sociais tal participação.
Campanha para o mês do assistente social de 2010	Cress/RJ apresentou propostas de temas para a campanha de 2010.	Uma das sugestões do CRESS-RJ foi acatada e ampliada. A campanha terá como seu eixo central a defesa do emprego formalizado, considerando, inclusive, a ocorrência de eleições presidenciais e para os governos dos Estados em 2010.
Comunicação de óbito	Cress/RJ defendeu aprovação de Resolução que afirmasse que tal tarefa não é competência ou atribuição dos assistentes sociais.	Proposta foi rejeitada pelo Encontro Nacional, tendo em vista que era uma demanda localizada no Rio de Janeiro.
Descriminalização e legalização do aborto	Defesa da descriminalização do aborto, tendo em vista seus impactos públicos sobre a vida e a morte de milhares de mulheres, ampliando debate sobre a defesa ou não de sua legalização.	Aprovou moção que defende a descriminalização do aborto, por unanimidade. Estabeleceu prazo de um ano para aprofundamento do debate em torno da defesa ou não de sua legalização. As reflexões do Conjunto ganharam amplo espaço na mídia local, com matérias de jornais impressos e em grandes redes de televisão. ■

Encontro Nacional 2009 - Campo Grande



Delegação do Rio de Janeiro e representantes do Estado no CFESS



Debate sobre organização sindical



Momento cultural



Sara Granemann - UFRJ



Mesa discute a questão do aborto



Silvana Mara - CFESS



Votação



Sílvia Terra, assessora jurídica do CFESS, orienta decisões da Plenária



Fátima Grave Ortiz - Cress/RJ



Mesa de abertura - Abepps, CFESS, Cress/MS e Enesso



Grito dos excluídos - Lançamento da campanha nas ruas



Deputado Kemp participa da mesa que debateu o aborto



Grupo de formação